

A Cidade e o Rio: Entre a preservação e o descaso com o Meia Ponte em Goiânia (1933-2020)

The City and the River: Between preservation and neglect with Meia Ponte in Goiânia (1933-2020)



RIBEIRO, Fernando da Silva *

 <https://orcid.org/0000-0003-4482-3183>

OLIVEIRA, Maria de Fátima **

 <https://orcid.org/orcid.org/0000-0002-9519-8093>

VERDE, Giuliana Muniz Vila ***

 <https://orcid.org/0000-0003-3073-6193>

RESUMO: O Meia Ponte é um dos principais rios do estado de Goiás, foi fundamental na construção da nova capital (Goiânia), e cerca de 50% da população goiana vive em sua bacia hidrográfica atualmente. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a relação de Goiânia com este rio, desde a sua fundação até os dias atuais. A reflexão perpassa pela relevância do rio no projeto inicial, as consequências advindas com o crescimento da cidade e com a falta de políticas públicas de proteção para esse manancial, transformando-o em vítima de degradação e descaso. O estudo dialoga com extensa bibliografia sobre a nova capital, tendo como principais fontes os jornais, os projetos urbanísticos de Goiânia e os decretos oficiais. O referencial teórico é o da perspectiva da História Ambiental, concebendo como indissociáveis as relações e interações humanas com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia; Rio Meia Ponte; Degradação; Modernidade.

ABSTRACT: The Meia Ponte is one of the main rivers in the state of Goiás. It was fundamental in the construction of the new capital (Goiânia), and about 50% of the population in Goiás currently lives in its hydrographic basin. Thus, the aim of this article is to analyze the relationship between Goiânia and this river from its foundation to the present day. The reflection permeates the relevance of the river in the initial project, the consequences arising from the city's growth and the lack of public policies to protect this source, turning it into a victim of degradation and neglect. The study dialogues with an extensive bibliography about the new capital, having as main sources the newspapers, the urban projects of Goiânia and the official decrees. The theoretical framework is from the perspective of Environmental History conceiving human relationships and interactions with the environment as inseparable.

KEYWORDS: Goiânia; Meia Ponteriver; Degradation; Modernity.

*Recebido em: 18/02/2021
Aprovado em: 03/05/2021*

*Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia-GO. Professor de História na rede particular de Goiânia-GO e Aparecida de Goiânia-GO. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-GO. E-mail: fernandodasilvaribeiro@gmail.com.

**Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO; Docente do Curso de História da Unidade de Ciências Socioeconômica e Humanas (CCSEH) e do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-GO. E-mail: proffatima@hotmail.com

***Doutorado em Biologia Molecular pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente do Curso de farmácia e do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-GO. E-mail: giuliana.muniz@ueg.br.



Introdução

O rio Meia Ponte atravessa 37 municípios, mas é quando corta Goiânia que suas águas mais sofrem com a degradação causada por indústrias e moradores. (GOIÁS, 2001, p. 7).

Este artigo trata da relação entre a cidade de Goiânia (GO) e o rio Meia Ponte. Embora até o momento já se tenha produzido significativo número de pesquisas e publicações sobre Goiânia, uma abordagem com foco na relação da cidade com o rio Meia Ponte ainda é pouco explorada. As matérias sobre os problemas decorrentes com o rio são constantes na mídia goiana e tema de relatórios institucionais, mas a imagem predominante sobre ele é a de abjeção. Neste sentido, busca-se analisar esta relação sob a perspectiva da História Ambiental, campo que segundo Worster (2003, p. 24), “[...] começou a tomar forma nos anos 70, quando houve diversas conferências sobre a grave situação global e os movimentos ambientais cresciam, popularizando-se.”, e para o qual o ambiente é entendido como agente ativo na história, visto que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural.

Apesar dos estudos sobre a natureza estarem presentes desde os primórdios da escrita humana, Ferri (2017) afirma que foi apenas na metade do século XX que a historiografia desenvolveu uma atenção sistemática aos fatores ambientais e suas conexões com a história humana. Desse modo, o foco é analisar a contraditória relação da cidade de Goiânia com rio Meia Ponte – sua importância para a construção da nova capital na década de 1930, seus significados como principal curso d’água e posteriormente sua degradação – vinculando assim, as ciências humanas e as ciências naturais, pois, de acordo com Worster (2003, p. 26), “Onde quer que as duas esferas, a natural e a cultural, se confrontem ou interajam, a história ambiental encontra seus temas essenciais”. Porém, para se chegar nessa interação mencionada pelo autor, Drummond (1991) argumenta que foi necessário um projeto reformista para a história ambiental, como o que aconteceu em várias disciplinas sociais, como na sociologia, na antropologia e na economia. Essas transformações ocorreram após algumas pressões de cientistas naturais e movimentos sociais, sendo essas disciplinas desafiadas “[...] a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa.” (DRUMMOND, 1991, p. 180). Assim sendo, muito mais que dialogar com outras ciências, é necessário compreender suas linguagens e usá-las a serviço da História. A abordagem ambiental vai além do diálogo entre as áreas do conhecimento, pois, ao

abordar uma perspectiva holística de história, que a complexidade contemporânea reclama, transpõem-se os limites usualmente percorridos pela ciência histórica até então.

É nessa perspectiva que se busca compreender a relação entre o rio Meia Ponte e a cidade de Goiânia. Relação esta que se inicia com a construção da nova capital, pois o rio foi uma das condições determinantes para a sua fundação naquele local. Neste sentido, o primeiro plano urbanístico da nova capital incorporou o Meia Ponte, com a construção de uma usina hidrelétrica no trecho conhecido como cachoeira do Jaó¹. Um represamento foi realizado e uma proposta de valorização do rio na paisagem urbana representada em projeto de construção de uma Avenida Parque, com o objetivo de atender a população da nova capital em relação à prática de esportes e lazer.

Contudo, no período que é compreendido entre os anos de 1950 e 1960 houve o que chamamos de (des)encontro entre Goiânia e o rio Meia Ponte, provocado pelo crescimento desordenado da cidade causando assim um processo de degradação do rio, criando uma imagem negativa deste perante a população goianiense. Neste cenário, mesmo Goiânia sendo considerada uma cidade verde² com vários parques e projetos de sustentabilidade, o rio foi deixado de lado, fora do âmbito da ideia da cidade sustentável e do cotidiano dos seus habitantes. Neste caso, a ideia de sustentabilidade está muito ligada a uma perspectiva de reconciliação, pois, esta “pode fornecer ferramentas para se alcançar uma integração plena entre sociedade e natureza, de forma que ambas prosperem a longo prazo.” (PELLEGRINO, 2000, p. 162).

Rios e cidades

O historiador francês Laurent Vidal (2010, p. 105) em artigo intitulado *Poética da cidade-rio na História do Brasil*, lembra-nos que “O encontro do rio e da cidade marca o encontro do espaço e do tempo; e, no encontro do espaço e do tempo, nascem histórias, começa a História”. De modo geral, os rios demarcam territórios, formam corredores de circulação de pessoas, são geradores de alimentos e riquezas, espaços públicos de lazer e de convivência, são utilizados para o turismo, e são também elementos fundadores de cidades. Os rios já não são mais estudados apenas como um fenômeno natural,

¹Segundo Nádia Lima (2011a), o termo Jaó é referente a uma espécie de pássaro muito comum na região, que durante a construção da usina, se aglomeravam no lago. Também foi construído um bairro com o mesmo nome, o Bairro Jaó.

²Goiânia, Campinas, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba estão, nesta ordem, entre as cidades – acima de um milhão de habitantes – mais arborizadas do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados do Censo Demográfico 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Goiânia tem 89,5% de arborização. Atualmente a cidade de João Pessoa na Paraíba é a cidade mais arborizada do país de acordo com mesmo instituto.

representando divisa de fronteiras, meio de abastecimento de vilas e cidades, ao contrário, eles passaram a ser objeto de estudos interdisciplinares e por diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, pela História. O rio não é visto como mero curso d'água, pois “O rio, com suas imagens, suas histórias, seus relatos, como aparece nos documentos, trata-se de uma construção humana, antes de mais nada.” (ARRUDA, 2008, p. 10).

Houve épocas em que os rios eram os atores principais da realidade urbana, mas com o crescimento das cidades foi-se destruindo e anulando sua importância e relacionando-os a poluição, mau cheiro, obstáculo à circulação e ameaça de inundações. Muitos rios urbanos perderam seu protagonismo e com isso, as lembranças referentes às épocas de balneabilidade, onde a maioria dos locais com curso d'água eram fontes de lazer, ficaram apenas no imaginário. Esta realidade, segundo Baptista e Cardoso (2013), iniciou-se no final da Idade Antiga e Média, pois os cursos d'água já recebiam grandes quantidades de cargas sanitárias e resíduos comerciais. Ainda segundo os autores, a Revolução Industrial iniciada por volta de 1760 na Inglaterra potencializou a degradação dos rios.

As condições de salubridade das cidades e de seus rios – já precárias – deterioraram-se ainda mais ao final do século XVIII, com o advento da revolução industrial, sendo os grandes rios convertidos em fontes privilegiadas de abastecimento para as indústrias e, ao mesmo tempo, receptores de águas residuais altamente contaminadas. (REYNOSO, 2010 apud BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 132).

Desta forma, percebe-se que a função dos rios foi alterada, se tornando neste caso fontes de abastecimento da Revolução Industrial, que por sua vez irá acelerar a degradação dos mesmos durante os séculos XIX e XX. Ainda neste contexto, a década de 1950 é marcada por um aumento da urbanização, assim a relação entre os rios e as cidades passaria por mais alterações. Consequentemente, os rios viveriam um processo sem fim de degradação, poluição, uma grande precariedade no saneamento básico com grandes transformações hidrológicas e morfológicas e, logicamente, a ocupação irregular das margens. O que se percebe é que quando as cidades invadem as águas, estas invadem as cidades, num processo irreversível e inerente ao crescimento urbano. (GORSKI, 2010).

Para entender melhor este cenário, buscamos a pesquisa do historiador Janes Jorge (2006), ao estudar a realidade do rio Tietê no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, mostra que neste período o rio era bastante utilizado pelos paulistanos

em atividades como a prática de pesca, lazer e esportes. Entretanto, o pesquisador observa que com o crescimento da cidade o rio já caminhava para uma triste realidade sendo que a década de 1930 foi marcada pela transformação de suas margens, dando origem a forma atual do Tietê. Em relação a tais transformações como as analisadas por Jorge (2006) em referência ao rio Tietê, muitos outros rios urbanos apresentam os mesmos problemas. Na cidade de Goiânia as relações com córregos, ribeirões e rios também estão muito longe de uma realidade diferente, harmoniosa, pois:

Há mais uma década que o córrego Cascavel quando atravessa a Avenida Castelo Branco produz um mau cheiro insuportável 24 horas em todos os dias do ano, causando náuseas, vômitos e dor de cabeça nos moradores e trabalhadores na região. Diagnóstico da Bacia do Rio Paranaíba elaborado em 1982 pelo DNAEE – departamento. Nacional de Águas e Energia Elétrica, CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais indicava: que à altura de Goiânia as condições de qualidade do Rio Meia Ponte tornava-se crítica; e que a demanda doméstica e industrial de Goiânia prevista para 1990 seria igual à vazão mínima que permanecia durante sete dias. (O MAU..., 22 de ago. de 2018).

Existem dois lados dessa nova relação entre os cursos d'água e as cidades no âmbito urbano. Aqueles sofrem ao longo do tempo um processo de degradação contínua, transformando-se em alvo de esquecimento e rejeição. Por outro lado, as cidades sofrem com inundações e carência de mananciais adequados para abastecimento público:

Entre os meses de outubro a março, chuvas rápidas, porém intensas, ocorrem com frequência em Goiânia e favorecem o aumento do volume das águas nos córregos e rios que cortam a malha urbana, fator que torna maior o risco de inundações em determinados locais. Além disso, a impermeabilização das vias públicas implica no escoamento superficial das águas pluviais e a falta de planejamento da infraestrutura - que considere as características das chuvas e do relevo da cidade - facilitam a ocorrência de alagamentos em diversos pontos de Goiânia, como confirmou a pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Climatologia (Climageo) do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. (VELOSO, 2015, s/p).

De acordo com Sachs (2005), foi a partir da década de 1970 que algumas cidades começam a se preocupar com a situação de seus cursos d'água. Assim, algumas autoridades internacionais iniciam um debate sobre a relação entre metrópole e rios e surgem então as primeiras conferências e reuniões com intuito de resolver problemas causados a partir do crescimento urbano e o (des)encontro com os rios. Portanto, neste contexto observa-se uma revisão das ações antrópicas sobre a bacia hidrográfica e sobre os recursos hídricos de configuração mais ampla. Inicialmente, sobressaem as visões dissociadas da relação rio-paisagem urbana e o rio enquanto recurso hídrico e bem

necessário à saúde.³ Em Goiânia, este debate inicia-se na década de 1990 e continua nos anos 2000, a partir de medidas adotadas por autoridades e órgãos competentes.

Neste cenário, é interessante lembrar sobre a Agenda 21⁴, que apresenta em seu capítulo 18, o tema referente à Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos, propondo algumas ações e medidas para as águas continentais, conforme segue: a) Avaliação dos recursos hídricos; b) Abastecimento de água potável; c) Proteção da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; d) Água e desenvolvimento urbano sustentável; e) Avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos. Todavia, as ações mencionadas acima ficam apenas no campo das promessas ou planos ineficazes na maioria dos países.

No Brasil há poucos casos de rios urbanos que passaram por processos de recuperação. Gorski (2010) destaca o Projeto Beira-Rio⁵, desenvolvido na cidade de Piracicaba (SP) em 2001, que buscava associar a revitalização do espaço urbano com uma revalorização do rio; outro exemplo de recuperação de um rio urbano foi elaborado na Bacia do rio Cabuçu de Baixo entre os anos de 2002 a 2005, localizado na região metropolitana de São Paulo. Este Projeto que objetivava o controle das cheias, renaturalização dos cursos d'água, preservação e recuperação ambiental (GORSKI, 2010). Citando estes exemplos nacionais, percebemos que as soluções existem, mas é necessário que o poder público dê atenção à questão por meio de projetos e ações efetivas para esse fim. Entretanto, de acordo com Frey,

O sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento. (FREY, 2001, p.2).

Logo, percebe-se que na relação entre rios e cidades, Goiânia enfrenta a mesma realidade de outros centros urbanos em referência aos seus cursos d'água, a de

³Gorski (2010), ressalta que este debate referente a conservação ambiental e conseqüentemente o processo de degradação do meio ambiente devido ao crescimento urbano e demográfico foi motivo de preocupação já século XVIII pelo economista britânico Thomas Malthus. Já no século XIX, o ambientalista estadunidense George Perking Marsh publicou em 1862, uma obra que intitulava *Man And Nature* onde se preocupava com a diminuição das reservas florestais.

⁴Documento assinado por 179 países durante a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" ou "ECO-92", realizada na cidade do Rio de Janeiro. O seu principal objetivo é criar soluções para os problemas socioambientais mundiais, baseando-se no seguinte pensamento: "pensar globalmente, agir localmente".

⁵O projeto Beira-Rio surgiu do poder público municipal e foi incorporado à Agenda 21 local, com objetivo de valorizar a orla urbana do rio Piracicaba, na cidade de Piracicaba (SP). A execução do projeto contemplou a recomposição da vegetação ciliar da margem esquerda do rio, prevalência do pedestre, a manutenção dos usos consolidados e o dado cultural como elemento definidor. (GORSKI, 2010).

degradação e indiferença, principalmente quando vemos a situação em que se encontra o rio Meia Ponte. Mesmo com o desenvolvimento de algumas políticas públicas⁶ e projetos no âmbito municipal e estadual, estes não conseguiram alcançar resultados significativos em sua recuperação e conservação.

Goiânia e sua fundação – a questão hídrica

A Revolução de 1930 trouxe expectativas de que a partir de então o Brasil passaria por transformações profundas, pois as antigas oligarquias que ditavam as regras eleitorais em seus estados, em sua maioria seriam combatidas pelo novo governo. Em Goiás não foi diferente, a então oligarquia dos Caiados foi destituída dos cargos públicos do Estado a mando do interventor Pedro Ludovico Teixeira. De acordo com Chaul (2015, p. 238), “Goiânia surge de disputas políticas entre o novo e o velho”. Mesmo com manifestações⁷ contrárias à construção da nova capital lideradas pelo antigo grupo oligárquico, o interventor coloca seu plano em execução. Neste cenário de disputas políticas intensas foi preciso criar justificativas para tal fato e através do principal idealizador, vários fatores⁸ foram apresentados como, por exemplo, a questão hídrica. Portanto, na escolha da região que receberia a nova capital, deveria ser levado em conta que esta precisava ter uma rica hidrografia para abastecimento e fornecimento de energia elétrica. Três regiões foram pré-escolhidas para receber o projeto, Bonfim (atual Silvânia), Pires do Rio e Campinas, e todas foram aprovadas em relação à questão hídrica. Em relatório apresentado ao presidente da comissão responsável pela escolha do local destinado à edificação da nova capital de Goiás pela subcomissão técnica, os engenheiros J. Argenta, Jerônimo Curado Fleury e Dr. Laudelino de Almeida descrevem a região de Campinas ressaltando suas qualidades em relação à questão hídrica, com destaque para o rio Meia Ponte:

1º - Rio Meia Ponte, situado a nordeste, a sete quilômetros de distância, com uma descarga horária de 15.120.00 (quinze milhões, cento e vinte mil) litros. Nesse rio existe a corredeira denominada “Jaó”, com uma diferença de nível aproximadamente de 8 metros, podendo fornecer uma força hidráulica efetiva,

⁶Segundo Stucky (1997), o entendimento de políticas públicas está vinculado à ação do Estado. Envolve suas iniciativas, seus investimentos, suas prioridades e os indivíduos atingidos em uma determinada área ou setor. Contudo, essas ações não nascem de necessidades do próprio Estado, mas são decorrentes de demandas da sociedade.

⁷De acordo com Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (2010) em seu livro *Poder e Paixão – a saga dos Caiados*, volume 2, após a promessa de mudança da capital por parte de Pedro Ludovico Teixeira, houve na Cidade de Goiás várias manifestações contrárias a tal mudança. (FREITAS, 2010, p. 337).

⁸São muitas as justificativas para reafirmar a construção da nova capital, ao interventor citou o saneamento básico precário em Vila Boa sem perspectiva de melhora; a topografia; a falta de modernidade; e a questão hídrica. (COELHO; VALVA, 2018).

na máxima estiagem, de 450 (quatrocentos e cinquenta) cavalos que poderão vantajosamente ser aproveitados enquanto o permitir o desenvolvimento inicial da nova capital. (MONTEIRO, 1942 apud COELHO; VALVA, 2018, p. 52).

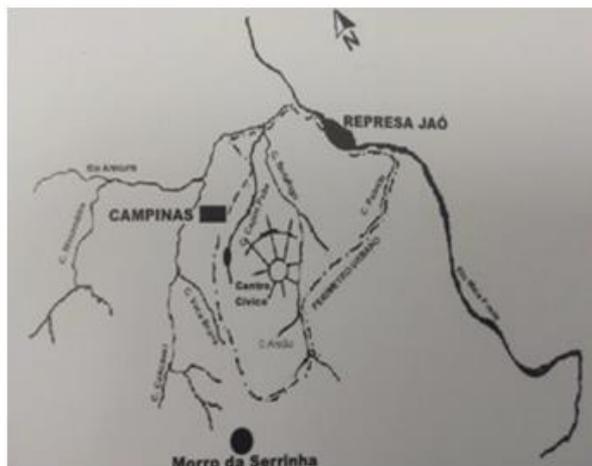
O relatório ainda destaca outros pontos hídricos como o rio Anicuns, Córrego Cascavel, Ribeirão Macambira e o rio Santo Antônio. Importante reforçar que o relatório afirma que o rio Meia Ponte seria fundamental para o abastecimento “inicial” da nova capital portanto, se pensava no rio como ponto inicial do surgimento da nova capital e não para um processo contínuo de abastecimento e lazer para os moradores de Goiânia.

Fruto do urbanista Atílio Corrêa Lima, o projeto de Goiânia previa a organização e zoneamento da cidade, a regulamentação das construções e a prestação de serviços de limpeza, esgoto e energia. No mesmo ano do lançamento da pedra fundamental da nova capital, o Estado firmou um contrato com a empresa de propriedade do engenheiro José Madureira Júnior para a construção de uma usina em trecho especial do rio Meia Ponte, represado para a formação de um reservatório. Cogitava-se que o lago formado pudesse ser usado para a prática de esportes aquáticos e como espaço para pista de pouso de hidroaviões (LIMA, 2011a). Com a construção da represa no rio Meia Ponte, seria formado um lago na extensão de quase quatro quilômetros e de grande largura, superior a 500 metros em alguns pontos, para o reaproveitamento da cachoeira do Jaó, que forneceria energia elétrica a nova capital do estado.

O empresário Jerônimo Coimbra Bueno, superintendente das obras, apresentou sugestões e medidas indispensáveis de saneamento, reflorestamento e defesa da salubridade pública (LIMA, 2011a). A barragem da represa em hipótese alguma deveria ser fechada sem que nas áreas marginais a serem alagadas se procedesse a uma limpeza radical, deixando-as isentas de qualquer vegetação, por pequena que fosse de modo a dar facilidade de escoamento e evitar estagnações perniciosas ou focos de mosquitos. Assim, ao completar três anos, Goiânia passou a contar com uma usina hidrelétrica: a Usina do Jaó, localizada no rio Meia Ponte. A nova capital, que se propunha a ser um exemplo de modernidade, imagem oposta à histórica Cidade de Goiás, já em seus primeiros anos começou a oferecer eletricidade aos seus habitantes, lembrando que água encanada e energia elétrica eram privilégios de poucos goianos.

Havia todo um projeto do governo para o local, que incluía a Avenida Park da Represa do Jaó, o late Clube e o Jardim Botânico. A criação das *park-ways*, adequadas à região e ao clima local, formaria um eixo cujas bases agradariam a população, resultando em uma generosa malha verde que articulava a vida urbana com o máximo possível de espaços livres. Abaixo pode se ver a localização da Usina do Jaó e o rio Meia Ponte no plano original de Atílio Corrêa Lima.

Figura 1: Usina do Jaó e o rio Meia Ponte.



Fonte: Celina Manso, 2001.

Pelo exposto acima se torna evidente que os dois profissionais se preocuparam com a preservação da mata nativa ocorrente às margens do rio Meia Ponte, dos mananciais e outras áreas verdes.

De uma maneira especial, ambos profissionais trataram claramente da importância da defesa das matas de galeria, e na proteção das encostas dos leitos e nascentes, num raio determinado por técnicos competentes, demonstrando sua preocupação com a preservação das áreas ao redor dos córregos e rio, onde as nascentes seriam transformadas em áreas de parques, de defesa do verde e recreação, em harmonia com as *park-ways* que percorreriam ao longo dos leitos. (RIBEIRO, 2004, p. 61-72).

Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy projetaram a nova capital pensando no seu futuro em relação à integração de áreas verdes com o espaço urbano. Ou seja, os usos e ocupações capazes de proporcionar uma imagem positiva e criar uma identidade de natureza, dos espaços verdes e dos cursos d'água para com a cidade. Para compor a paisagem do lago seria implementada uma estrada, a “Avenida Park” ao redor do lago com objetivo de sanear e manter uma vigilância. (LIMA, 2011a).

O principal objetivo da construção do lago com a chamada “Avenida Park” ao seu redor era proporcionar lazer para os goianienses, como a prática de atividades físicas, esportes aquáticos e outras diversões, fato que assemelhava ao da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte. Outro fator importante foi o da possibilidade da instalação de chácaras de pequeno porte, ao longo da futura Avenida das Indústrias⁹ com a função de

⁹Armando de Godoy sugeriu em relatório uma avenida onde se estabeleceria a parte industrial da nova capital.

promover o abastecimento da capital com produtos como hortaliças, o que demonstra também, uma preocupação de ordem econômica com usos diversos da área. Nesse sentido, o sistema de malha verde do projeto promoveria a relação da natureza e da população, em especial da cidade com o rio Meia Ponte.

O sistema aconselhável para o caso é o separativo. A rede de águas pluviais relativamente simples, pois serão despejadas nos córregos, não obrigará a utilizar grandes seções. Quanto à rede de materiais fecais deverá ser coletada num emissário que transporte os resíduos abaixo da represa do Jaó, não sendo aconselhável de maneira alguma que o despejo se faça acima desta; embora este só seja aconselhável após um tratamento bacteriológico ou químico. Este último, de preferência, para serem aproveitados como adubo os resíduos. (MONTEIRO, 1938, p. 145).

Portanto, percebe-se que a relação entre meio ambiente e meio urbano não foi desconsiderada no projeto inicial da nova capital, pois a perspectiva de seus idealizadores era a de uma cidade moderna convivendo harmoniosamente com a natureza. Entretanto, devido a conflitos de ideias e falta de pagamentos referentes ao projeto, Atílio Corrêa Lima desligou-se dele em 1935, deixando Armando de Godoy como o principal projetista. Desse modo, o projeto inicial foi modificado principalmente após a influência da empresa¹⁰ Coimbra Bueno, que ficou responsável pelas obras.

Assim sendo, a cidade que foi o resultado concreto das disputas políticas no estado de Goiás mudou de um cenário de “atraso” para uma nova perspectiva, a tão sonhada modernidade citada e defendida pelos novos políticos em ascensão. Nesse contexto, modernidade é entendida como progresso, ou seja, “[...] o culto do novo e a rejeição do passado, como forma de inserir, cada vez mais, Goiás no cenário nacional.” (CHAUL, 2015, p. 231). É bom ressaltar que a construção de Goiânia representava o novo, a modernização da região central do país, em contraposição ao termo “atraso” que era comumente utilizado para se referir ao estado de Goiás.

Para Chaul (2015), Goiânia é considerada a capital do sertão, sendo a primeira materialização dos ideais de colonização do sertão brasileiro no século XX. Sua construção é o melhor exemplo de um momento histórico em que uma nova ordem pretendia estabelecer-se ao nível local e nacional. É de significativa importância que Goiânia representa, juntamente com outras cidades planejadas, a manifestação desta saga de modernização, simbolizando a utopia brasileira de uma estrutura agrária, para outra que se vinculou a processos de industrialização e urbanização.

¹⁰A empresa foi criada em 1935, pelos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, que foi a responsável pelos trabalhos de construção da nova capital do estado de Goiás. (COELHO; VALVA, 2018).

A construção da linha férrea no início do século XX trouxe consequências positivas ao desenvolvimento do estado, porém não foi o bastante. Neste sentido, a transferência da capital, ou melhor, a construção de uma cidade planejada em pleno sertão, traria o moderno, o centro-oeste seria visto de modo diferente. O objetivo não era acabar com a tradição, com a importância de uma cidade histórica como era Vila Boa (antiga capital de Goiás), mas sim promover mudanças na região, mesmo que por trás das mesmas estivessem os interesses políticos. Embora os moradores da antiga capital do estado tenham visto a chegada da modernidade, ou seja, a construção de uma nova capital como uma ameaça à sua história e tradições, esta mesma modernidade desenvolveu uma rica história e uma variedade de hábitos próprios. Sobre isso, Berman afirma que,

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunida de: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (BERMAN, 1982, p. 11).

Deste modo, apesar da resistência ao novo por parte dos moradores da antiga capital, ligada ao antigo grupo dominante do estado, a construção de Goiânia trouxe em seu bojo a ideia do novo, expectativa de progresso, desenvolvimento e oportunidades, pois “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor [...]” (BERMAN, 1982, p. 15). O pressuposto para a garantia da modernidade advém do desenvolvimento, todavia tanto o conceito de modernidade como o de desenvolvimento¹¹ sofreram alterações com o passar do tempo no qual os rios e as cidades não ficaram ilesos a estas transformações, como, por exemplo, o rio Meia Ponte que faz parte da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)¹². Sonhada e colocada em prática pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira¹³, político que ascendeu na política goiana com a Revolução de 30,

¹¹ O processo de construção do conceito de desenvolvimento tem um longo percurso histórico e pode ser analisado por diferentes ângulos, como o político, o social, o econômico, o ambiental, entre outros. Concordamos com Santos et al. (2012, p. 60), quando enfatizam que tal conceito “traz em si o resultado de um processo histórico da sociedade capitalista com seus erros e acertos, avanços e limites”, e que, ao se falar em desenvolvimento é necessário falar também no seu contrário, pois em seu significado estão inclusos “não apenas os elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais, mas também elementos como o direito, a liberdade, a oportunidade e a equidade individual e coletiva”.

¹²A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) é o conjunto de municípios que integram a organização, o planejamento e a execução de funções públicas, todos de interesse comum, no total de 20 municípios. (LEI COMPLEMENTAR Nº 139, DE 22 DE JANEIRO DE 2018).

¹³Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e bacharelou-se em Medicina. Retornou a Goiás em março de 1916, fixando residência em Bela

Goiânia foi planejada, arquitetada nos moldes da expressa modernidade dos anos de 1930. A região da cidade de Campinas foi escolhida por ser plana, centralizada e com uma ótima hidrografia, sendo o rio Meia Ponte o mais importante manancial tanto para o estado de Goiás quanto para Goiânia.

Segundo o relatório do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), elaborado em 2001, o rio Meia Ponte¹⁴ é um dos principais rios do estado de Goiás, cerca de 50% da população goiana vive em sua bacia hidrográfica. Sua nascente se localiza no município de Itauçu na chamada Serra dos Brandões a 60 km de Goiânia, contudo descobertas recentes apontam outra nascente no município de Taquaral a 80 km de Goiânia. São mais de 30 municípios goianos que fazem parte da sua bacia hidrográfica, com destaque para Aparecida de Goiânia, Anápolis, Pontalina, Morrinhos, Piracanjuba, Senador Canedo e Silvânia, sendo que sua extensão é de 471,6 km. Sobre sua bacia hidrográfica, neste caso podem ser encontradas fitofisionomias, como cerrado *stricto sensu*, floresta estacional decidual e semidecidual, e áreas de tensão ecológica¹⁵. O rio é o principal afluente do gigante rio Paranaíba (GOIÁS, 2001).

Ao longo da sua trajetória, o rio é utilizado para diversos fins, desde abastecimento de água, irrigação de lavouras, dessedentação de animais, lazer e até para despejo de esgotos domésticos e industriais figurando como uma grande piscina de efluentes¹⁶. Os efluentes ao serem despejados no meio ambiente causam a alteração da qualidade nos corpos d'água, receptores e conseqüentemente a sua poluição (degradação). Com o crescimento da industrialização, vem surgindo uma grande variedade de processos industriais com a conseqüente produção de efluentes industriais muito diversificados do ponto de vista químico, requerendo processos de tratamento mais complexos (COSSICH, 2006).

Logo, a poluição hídrica devido à má gestão dos efluentes é algo recorrente e fator comprometedor da saúde humana e animal (GIORDANO, 2004).

Vista, onde começou a clinicar. Em 1917 mudou-se para Rio Verde (GO) e no ano seguinte casou-se com Gercina Borges Teixeira. Grande crítico da oligarquia dominante no estado de Goiás, apoiou a Revolução de 30, e com isso foi indicado pelo então presidente da república, Getúlio Vargas, como interventor do estado. Foi o grande idealizador da construção da nova capital no estado em 1933, Goiânia. (FREITAS, 2010).

¹⁴A história referente ao nome do rio está ligada ao papel dos bandeirantes na procura do ouro na região do atual estado de Goiás. De acordo com Raymundo José de Cunha Matos em relatório enviado ao imperador D. Pedro I em 1824, o rio recebeu este nome, pois os paulistas chegando às margens do rio fabricaram duas toras de madeiras para auxiliar na travessia, devido as cheias, uma das toras foi levada pelas águas, recebendo assim a tal denominação de Meia Ponte. (MATTOS, 1979).

¹⁵Áreas de tensão ecológica são aquelas em que ocorre a transição entre dois ou mais tipos de vegetação, conhecidas por ecótonos segundo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012).

¹⁶Efluente – significa “aquele que flui” e se referem aos resíduos das indústrias, esgotos domésticos e das redes pluviais que são lançados no ambiente na forma líquida ou gasosa (COELHO, 2020). Segundo Dezotti (2008), trata-se de qualquer gás ou líquido fruto da atividade humana, que seja lançado no ambiente.

O (des)encontro da cidade com o rio

Como analisado acima, o projeto inicial dos urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy incluía o rio Meia Ponte na nova capital como palco paisagístico com a construção de um lago com uma avenida circundante, além de ser a principal fonte de fornecimento de energia elétrica. Assim, foi construída a Usina do Jaó, sendo inaugurada em 15 de novembro de 1936 após o lançamento da pedra fundamental de Goiânia. A cidade moderna passou a ser iluminada com o aproveitamento da força promovida pelas corredeiras do rio para produzir energia.

A Usina do Jaó com seus 180 “quilovoltsampère” (KVAs) de potência, estrutura impressionável para os padrões da época, contribuiu para o desenvolvimento nos primeiros anos da capital, uma vez que a advento da energia ainda era raro no Brasil, sobretudo no Centro-Oeste. (LIMA, 2011a, p. 17-18).

Assim, as construções do lago e da usina marcaram de maneira contundente a ação do homem sobre a natureza nesse espaço da nova capital. Tais obras só reafirmam a importância do Meia Ponte para o desenvolvimento de Goiânia, tanto pelo lado energético quanto para uma imagem paisagista, inclusos nos primeiros planos.

Figura 2: Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940



Fonte: Jornal da Biodiversidade Goiana, 2009 apud: PINTO; ARAÚJO (2014, p. 84).

Na década de 1960 foi construído o Clube de Regatas Jaó, pelo casal Ubiratan¹⁷, que financiou o empreendimento. Este se caracterizou por oferecer, além das atividades

¹⁷Nascido em Porto Franco, hoje estado do Tocantins, em 1913, ingressou na Faculdade de Odontologia de Goiás, que funcionava na antiga capital. Trabalhou em negócios em garimpos no norte do estado de Goiás, hoje Tocantins. Casou-se com Stella Dalva Rocha e em 1959 mudou-se para Goiânia, após investir em

de um clube social aquático, a prática de esportes náuticos, como barco, esqui, lancha e remo, possibilitados pelo represamento do rio Meia Ponte. Após a desativação da Usina do Jaó, o clube passou a se chamar Clube Jaó e não mais promoveu tais atividades. A existência do clube até os dias atuais mostra a importância do rio para o lazer, antes valorizado como um bem público e hoje confinado à especulação de um empreendimento privado e de usufruto de poucos.

Em nossa ótica, dois elementos principais provocaram o que chamamos de (des)encontro entre a cidade de Goiânia e o rio Meia Ponte. O primeiro está relacionado ao abandono do projeto por Atílio devido a problemas já citados, pois com isso a empresa de construção Coimbra Bueno assumiu parte do projeto, modificando aspectos importantes como os que se referem à expansão da cidade. Já o segundo elemento corresponde ao crescimento da população, intensificada, segundo Moysés (2004) nas décadas de 1950 e 1960, pois para o autor, o país passava por um fluxo maior de urbanização, tendo o êxodo rural um acréscimo considerável devido ao aumento industrial.

Em Goiânia, além de um crescimento industrial, a cidade apresentava novas oportunidades para pessoas de todo o país, atraindo migrantes de diversas regiões. A construção de Brasília, cerca de 30 anos mais tarde que Goiânia, contribuiu para o crescimento demográfico na nova capital goiana cumprindo os anseios do presidente Juscelino Kubitschek de interiorização do Brasil.

A saída de Atílio Corrêa Lima da execução do projeto da nova capital está relacionada a alguns acontecimentos. Em primeiro lugar, houve um desentendimento com a construtora dos irmãos Coimbra Bueno sobre como seriam as obras da nova cidade. De acordo com Atílio, o próprio Estado deveria ser o responsável pelas terras em relação à compra e venda, respeitando na íntegra o projeto inicial. O objetivo era impedir a especulação imobiliária que, com certeza, iria contra as ideias do urbanista (MOTA, 2004). Em segundo lugar destaca-se a falta de pagamento por parte do Estado aos serviços de Atílio, o que teve como consequência o abandono dos trabalhos no início do ano de 1935 como relata Ackel (2007):

No começo de 1935, Atílio retorna ao Rio de Janeiro. As divergências com a construtora Coimbra Bueno, o descontentamento de Pedro Ludovico Teixeira com o atraso e morosidade nas obras, as pressões da família do próprio arquiteto e a falta de pagamento fizeram com que Atílio reincidisse os contratos que tinha com estado, em abril de 1935. Antes disso, em janeiro

postos de gasolina em Brasília, comprou do cunhado uma chácara nas margens do lago do jaó, onde idealizou o futuro clube. (LIMA, 2011b).

entregou um relatório que era nada mais que seu plano diretor para a nova cidade, acompanhada da planta geral. (ACKEL, 2007, p. 144).

A relação entre os irmãos Jeronimo e Abelardo Coimbra Bueno e o então interventor Pedro Ludovico Teixeira é de longa data. Os dois irmãos eram naturais de Rio Verde, a mesma cidade do interventor. Segundo Godinho (2018), Pedro Ludovico convidou o conhecido Jeronimo para ser superintendente geral de obras para a construção da nova capital. Em 1935, o irmão Abelardo criou a empresa de engenharia Coimbra Bueno e Cia. que ficou encarregada de construir Goiânia. Como os recursos financeiros eram escassos, o interventor ofereceu aos irmãos como contrapartida os primeiros loteamentos da nova capital.

Com a saída de Atílio Corrêa Lima, Armando de Godoy ficou responsável pelo projeto, com o apoio da construtora Coimbra Bueno, que estava lucrando com a especulação imobiliária na construção de Goiânia. Armando de Godoy era um conhecido urbanista brasileiro que naquele momento estava envolvido em vários projetos pelo Brasil e com isso coube à construtora a realização e execução da maior parte do projeto de Goiânia, inclusive atendendo seus interesses econômicos (MOTA, 2004).

Com essas mudanças, o que se viu nos anos seguintes da década de 1940 foi a ruptura com o projeto inicial da nova capital. A ideia do lago próximo à Usina do Jaó com a uma avenida que a circundasse não se concretizou, não nos moldes propostos por Atílio. Assim, a relação da cidade de Goiânia com rio Meia Ponte distanciou da ideia inicial e estas mudanças, sem dúvida, modificaram para pior a situação do rio no âmbito urbano, principalmente neste trecho específico.

Outra questão a ser observada, comum à maioria dos rios urbanos, foi à apropriação regular e irregular de suas margens, o que contribuiu para sua degradação, tanto pela construção de moradias, quanto pela instalação de indústrias. Em Goiânia o cenário foi semelhante pois, após a ruptura com o projeto inicial e com o aumento da especulação imobiliária, houve um povoamento de áreas periféricas sem controle, principalmente por pessoas em condições financeiras desfavoráveis. Este fato está ligado a um processo que se desenrolou em cidades planejadas, no qual geralmente o centro é destinado a uma população com melhores condições financeiras (autoridades, funcionários públicos, a elite de modo geral), e a periferia ficava para os trabalhadores que foram usados na construção da cidade, operários e demais indivíduos em busca de oportunidades. Em sua edição de 21 de outubro de 1953, o jornal *O Popular* apresentava um edital de loteamento comum para aqueles anos de crescimento urbano da cidade:

Edital de loteamento

Milton, Ribeiro Guimarães. Oficial do registro geral, comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

Faço público para conhecimento dos interessados, que, pelo senhor Elias Bufaiçal e sua mulher Maria Luiza Bufaiçal, me foi requerido, de acordo com a lei nº 3.079 a inscrição do loteamento (Parque industrial) situado na fazenda “água branca” nesta capital, com as seguintes divisas: começa em um marco situado à margem esquerda da estrada que vai de Goiânia à Colônia Santa Marta, na divisa de terras do Sr Orlando de Moraes, seguindo por uma cerca de arame, nesta divisa, até as margens do rio Meia Ponte. (EDITAL..., 23 de out. de 1953).

A propaganda acima demonstra a ocupação das margens do rio Meia Ponte já naquele ano, pois apresenta a autorização do oficial Milton Ribeiro Guimarães para o loteamento na fazenda Água Branca, pertencente ao proprietário Sr. Elias Bufaiçal com a localização próxima às terras do Dr. Orlando de Moraes, nas margens do rio mencionado. Nas décadas de 1950 e 1960, Goiânia vai sofrer com um aumento demográfico significativo, a cidade que foi planejada para 50 mil habitantes, no final na década de 1940 já tinha aproximadamente este número, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1: Taxa da variação da evolução populacional entre 1940 a 1950.

MUNICÍPIOS	1940			1950			Tx. Variação %
	Total Pop.	Urbana (%)	Rural (%)	Total Pop.	Urbana (%)	Rural (%)	
Aparecida de Goiânia	-	-	-	-	-	-	-
Goiânia	48.166,0	31,2	68,8	53.389,0	74,7	25,3	10,84
Goianira	1.455,0	21,6	78,4	1.188,0	24,6	75,4	-18,35
Nerópolis	4.758,0	23,4	76,6	5.739,0	31,8	58,2	20,62
Senador Canedo	-	-	-	-	-	-	-
Trindade	9.738,0	14,6	85,4	17.342,0	47,6	52,4	78,09
Total de aglomeração	64117,0			77658,0			21,12

Fonte: Adaptado pelos autores de IBGE (1960).

Segundo Moysés (2004), esse crescimento populacional está ligado ao processo migratório, principalmente de famílias da região norte do país e também do estado, além da influência da construção da capital federal que ocasionou o deslocamento de muitas pessoas para Goiânia.

De 1951 a 1979, foi o período que pode ser denominado *do sonho ao pesadelo* e que se subdivide em dois momentos: até o final dos anos 1950, quando os gestores da cidade abandonaram o seu plano original e o poder público perdeu o controle sobre o parcelamento do solo, ficando o desenho urbano por conta da iniciativa privada; dos anos de 1960 até o final dos anos de 1970, quando se consolidou definitivamente esse processo de urbanização, instaurado no descontrole sobre o processo de ocupação do período anterior,

apesar das tentativas de se promover o crescimento planejado da cidade. (MOYSÉS, 2004, p. 21-22).

Assim, a partir desse período o rio Meia Ponte sofre mais com a degradação devido ao aumento populacional, com sua poluição, o assoreamento, o desmatamento e principalmente com a falta de políticas públicas voltadas para sua proteção. Neste caso, faltou ao município de Goiânia e também ao Estado ações, metas e planos que poderiam proteger ou recuperar o rio Meia Ponte de forma direta. De fato, o que houve foram intervenções que não surtiram efeitos esperados, como a instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) no decorrer do percurso do rio no espaço da capital.

A utilização do rio tanto no que foi sugerido nos primeiros projetos urbanísticos da cidade, quanto relativo ao processo de crescimento da mesma é o resultado dos usos e ocupações irregulares na relação do goianiense com o Meia Ponte. Partindo desses lugares próximos ao rio e da experiência dos moradores com eles, este importante corpo d'água pode ter sua imagem ressignificada, criando assim uma configuração diferente do que é apresentada atualmente. Deste modo, tanto as imagens jornalísticas quanto as pesquisas científicas contribuem para o entendimento dos elementos que afetaram a relação harmônica entre cidade e natureza, entre Goiânia e o rio Meia Ponte, uma vez que este recurso hídrico apareceu entre os sete mais poluídos do Brasil¹⁸ em 2012. Segundo Sakai (2015), essa compreensão determina a condição de espaço residual do rio Meia Ponte, um espaço sem significados que, tendo sido objeto de um planejamento preocupado com seu futuro e em vista de sua importância histórica para a construção da cidade, revela a aparência concretizada nos sentidos coletivos reproduzidos do que realmente o rio representa atualmente.

Figura 3: Usos da água suja do Meia Ponte.



¹⁸Afirmção feita pelo secretário de Estado das Cidades e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, Igor Montenegro, em 2012, para o jornal da Universidade Federal de Goiás (VEIGA, 2012).

Fonte: Diário da Manhã, 1987, apud: SAKAI (2015, p. 87).

Figura 4: Esgoto doméstico lançado no rio Meia Ponte



Fonte: RIBEIRO, 2021. (grifado).

Figura 5: Rio Meia Ponte na região norte de Goiânia.



Fonte: CAMINHOS..., 7 de out. de 2017.

Assim, em referência ao rio Meia Ponte, o que resta no âmbito urbano em alusão à construção da capital, seguindo dados do site oficial da prefeitura de Goiânia, são as pequenas reservas verdes nas margens do rio. Essas reservas escassas não representam muito para a sua sobrevivência, sendo extremamente importante a efetivação de projetos de recuperação¹⁹ do rio como forma de aproximar ou promover uma melhor interação entre os goianienses e o Meia Ponte, em uma relação harmoniosa de lazer e saúde.

Conclusão

¹⁹Segundo relatório da Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Meia Ponte realizado em 2018, o ideal seria um plano que incluísse a recuperação e preservação ambiental, reflorestamento, tratamento de água e esgoto eficiente e a inclusão do rio como ambiente paisagístico da cidade.

Os debates em relação ao meio ambiente se intensificaram em todas as áreas do conhecimento nas décadas de 1960 e 1970 e, assim, a História também passou a participar dessas discussões. Os questionamentos políticos, econômicos e sociais repercutiram, fazendo com que a História levantasse novos problemas, abordasse novos objetos, passando a utilizar novas fontes de pesquisa. Assim, o que se discutia não eram as Ciências Humanas ou a História, mas sim as relações e interações do homem com o meio ambiente, propiciando novos olhares ao tema por um viés interdisciplinar, investigando o papel e o lugar na natureza na vida humana, o que muito tem contribuído para o planejamento e desenvolvimento das cidades. Desse modo, esta análise buscou compreender o encontro/desencontro entre um elemento da natureza, o rio Meia Ponte e a ação humana organizada, a cidade de Goiânia.

Em larga medida, este discurso se refere à relação entre a cidade e a natureza como expressão da narrativa da modernidade, tendo em vista que os centros urbanos se estabelecem em conflito com o ambiente anterior a urbanização, que conseqüentemente sofre alteração em sua paisagem. A mesma modernidade que traz prejuízos à natureza propõe a preservação munida de um discurso oficial de sustentabilidade, pois percebe que a sociedade atual privilegia e clama por um tipo de desenvolvimento atrelado à proteção do meio ambiente. Logo, uma cidade sustentável é projetada considerando os impactos socioambientais, pensando em um modelo e dinâmica de desenvolvimento, além dos padrões de consumo, respeitando e cuidando dos recursos naturais e das gerações futuras.

Todavia, há de se perceber que muitos discursos e promessas sobre a recuperação dos cursos d'água nos espaços urbanos consideram prioritariamente os grandes rios, e o poder público tem mostrado mais interesse em incluí-los em projetos de reintegração à paisagem urbana. Neste cenário, infelizmente, os pequenos rios urbanos e seus mananciais correm sérios riscos devido à falta de empenho por parte das autoridades responsáveis, uma triste realidade, pois estes estão sendo transformados em lugares de despejos de dejetos, esgoto a céu aberto e prejuízos à saúde humana. Projetos voltados para a preservação de rios, como o caso do rio Meia Ponte em Goiânia, apresentam dificuldades em conseguir apoio social e político para a manutenção de sua sobrevivência, muito embora esse curso d'água represente historicamente um símbolo importante para a formação da capital.

No projeto dos urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy ficou evidente a preocupação com a inclusão do rio Meia Ponte no ambiente social, para que a população goianiense pudesse usufruir do mesmo. A edificação, por exemplo, da Usina Jáó mostra a importância do rio, pois com o represamento para a construção da usina

construiu-se um clube recreativo, que embora seu uso tenha sido restrito às classes sociais mais abastadas, visava essa aproximação entre os moradores com o rio. Porém, muito pouco do que foi pensado e planejado para o rio Meia Ponte foi colocado em prática, pois as décadas que se seguiram ao processo de crescimento desordenado com a ocupação através de loteamentos legais e clandestinos, aliado à falta de infraestrutura para o tratamento do esgotamento sanitário provocaram a degradação e poluição do rio, como o que é visto atualmente.

A cidade cresceu e com o seu crescimento o rio foi deixado de lado. Mesmo ganhando prêmio como o de cidade mais arborizada do país no ano de 2010, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE no mesmo ano, pode-se dizer que Goiânia se afastou do rio. Projetos que debatem a arborização, a sustentabilidade, não incluíram e não incluem o Meia Ponte. Mesmo considerando o seu importante papel para a fundação da capital e apresentar importantes elementos históricos, seu significado reduziu-se a um espaço residual, sem importância para a população goianiense, como se tivesse se transformado em uma paisagem invisível. Este só é lembrado por ocasião dos problemas como o mau cheiro, da escassez de água ou das enchentes.

Assim, o que se buscou nesta análise foi mostrar que, embora o rio Meia Ponte esteja muito poluído e em franco estado de degradação, ele continua sendo um lugar de memória como o rio das pescarias e do lazer, como relataram os pioneiros da cidade de Goiânia. O rio é uma referência de lugar e de espaço que faz parte da identidade de um povo, mas no caso do Meia Ponte, ao mesmo tempo em que se torna, de certo modo, “invisível” aos olhos dos goianienses, ele continua afirmando a sua importância para a capital do estado, principalmente como fonte de abastecimento.

Referências

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Atílio Correa Lima: uma trajetória para a modernidade*. 2007. Tese (Doutorado em arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARRUDA, Gilmar (Org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFRP, 2008.

BAPTISTA, Márcio; CARDOSO, Adriano. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul./dez. 2013.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz. 1982.

CAMINHOS do Meia Ponte. *O popular*, Goiânia, editorial de 7 out. 2017. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/meia-ponte/caminhos-domeiaponte1.1365171>>. Acesso em: 22 de jan. 2021.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 4. Ed. Goiânia: Editora da UFG, 2015.

COELHO, Gustavo Neiva.; VALVA, Milena Dalva. *Goiânia: A história em documentos*. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2018.

COELHO, Lúcia. *Gestão de efluentes e emissões*. Editora Senac: São Paulo, 2020.

COSSICH, Eneida S. Tratamento de efluentes-Classificação dos Processos de Tratamento. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*. Maringá-PR, v. 20, n. 1, p. 427-425, jan.-abr. 2016.

DEZOTTI, Márcia. *Processos e técnicas para o controle ambiental de efluentes líquidos*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EDITAL de loteamento. O Popular., Goiânia, p. 3, 23 de out. de 1953.

FERRI, Gil Karlos. História Ambiental: historiografia comprometida com a vida. *In: Café História*. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida>>. Acesso em: 25 set. 2020.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. *Poder e Paixão – a saga dos Caiados*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2010. v. 2.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Ano IV, n. 9, p. 1-34, 2º semestre, 2001.

GIORDANO, Gandhi. Tratamento e controle de efluentes industriais. *Revista ABES*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 76, jan. 2004.

GODINHO, Iúri Rincon. *Goiânia em Guerra: Sangue, sede e escuridão nos anos 40*. Goiânia: Contato e Comunicação, 2018.

GOIÂNIA. *Lei Complementar nº 139, 22 de janeiro de 2018*. Goiânia: Secretaria de Estado da casa civil, 2018. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/101126/lei-complementar-139>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GOIÁS. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. *Proposta de instituição do Comitê da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte*. Goiás: Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 2001. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2015-11/cbh-rio-meia-ponte-proposta-de-instituiCAo.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.

GORSKI, Maria Cecilia Barbieri. *Rios e cidades: Ruptura e Reconciliação*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades mais arborizadas do Brasil. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>>. Acesso em: 26 de set. 2020.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. 1. Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

LIMA, Nádya. *História do Setor Jaó*. 2. Ed. Goiânia: Editora Kelps; Editora PUC/GO, 2011a.

LIMA, Nádya. Jaó, o mega clube de um visionário que revolucionou o lazer e as artes em Goiânia nos anos 60 e 70. 2011b. *Net*, Goiânia, ago. 2011. Disponível em: <<https://contatogo.blogspot.com/search?q=ja%C3%B3>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia. Uma concepção urbana, moderna e contemporânea* - um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MATTOS, R. J. Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Editora Líder, 1979.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60*: A inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano. 2004. 104 f. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia – metrópole não planejada*. Goiânia: Editora UCG. 2004.

O MAU cheiro do rio Meia Ponte. *Diário da manhã*, Goiânia, s/p, ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.dm.jor.br/entretenimento/2018/08/omaucheiroadoriomeiaponte>>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

PELLEGRINO, Paulo R. Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 13, p. 159-179, ago. 2000.

PINTO, Angela Ciccone.; ARAÚJO, Alexandre Martins. Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. Anápolis, v.3, n.1, p. 78-88. jan./jul. 2014.

RIBEIRO, Fernando da Silva. *Quando a cidade encontra o rio, o rio se perde*: Goiânia e o rio Meia Ponte (1933-2020). 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, 2021.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Editora UCG, 2004.

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação. De Estocolmo a Johannesburgo. In: DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Arnaldo (Org.). *Administrando a água como se fosse importante*: gestão ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Ed. Senac, São Paulo, 2005.

SAKAI, Diogo Isao Santos. *As margens do rio no desenvolvimento de Goiânia: Meia Ponte, paisagens em transformação*. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arquitetura e da Cidade). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*. Ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

STUCKY, Rosane M. Michel. As políticas Públicas e a Exclusão na Conquista do Direito Universal à Saúde. In: BONETTI, Lindomar Wessler (coord.). *Educação, exclusão e cidadania*. Iuiú: Editora Uniuí, p. 52, 1997.

VEIGA, Patrícia da. É possível recuperar o rio Meia Ponte? Goiânia, 29 de nov. 2012. Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/41689-e-possivel-recuperar-o-rio-meia-ponte#:~:text=Conforme%20o%20secret%C3%A1rio%20de%20Estado,s%C3%A9timo%20mais%20polu%C3%ADdo%20do%20Brasil%E2%80%9D>>. Acesso em 22 jan. 2021.

VELOSO, Serena. Pesquisa identifica pontos de alagamento e inundação em Goiânia, UFC, Goiânia, 16 de dez. 2015. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/85184-pesquisa-identifica-pontos-de-alagamento-e-inundacao-em-goiania>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

VIDAL, Laurent. Poética da cidade-rio na História do Brasil. In: GANDARA, Gercinair Silvério. (Org.). *Rios e Cidades... Olhares da História e Meio Ambiente*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, p. 105, 2010.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 23-44, jan./jul. 2003.